

GLAUCESTE SATURNIO E A REAL MESA CENSÓRIA: UMA CRÍTICA GENÉTICA DAS OBRAS DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA

Contato
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
E-mail: carlos.versiani@gmail.com

Carlos Versiani dos Anjos*
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Este artigo objetiva analisar manuscrito original das *Obras* de Cláudio Manuel da Costa publicadas em 1768, que passou pela Real Mesa Censória e contém vários cortes e correções. Pretende-se discutir as modificações feitas por iniciativa do poeta ou pela Mesa Censória, órgão criado por Pombal para o controle e censura das obras impressas ou em circulação no Reino, funções antes tripartidas entre o Desembargo do Paço, o Santo Ofício e o Ordinário.

Palavras-chave

Cláudio Manuel da Costa – Real Mesa Censória – século XVIII.

* Doutorando em Literatura Brasileira no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista da Capes. Professor no curso de graduação da Faculdade de Letras.

GLAUCESTE SATURNIO AND THE REAL MESA CENSÓRIA: A GENETIC CRITICISM OF THE OBRAS FROM CLÁUDIO MANUEL DA COSTA

Contact

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
E-mail: carlos.versiani@gmail.com

Carlos Versiani dos Anjos

Universidade Federal de Minas Gerais

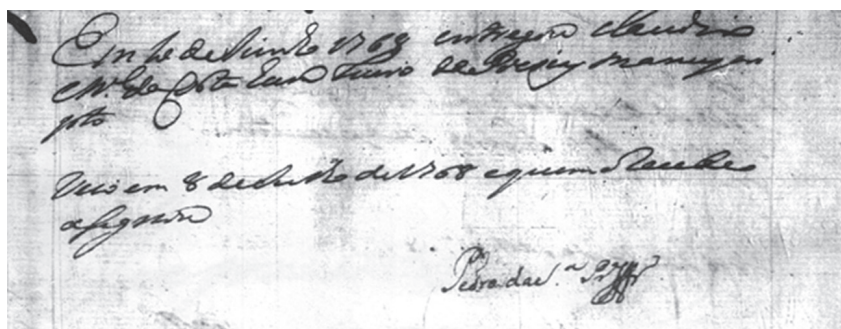
Abstract

This paper intends to do the analysis of the original manuscript of the *Obras* from Cláudio Manuel da Costa published at 1768, which was examined by the Real Mesa Censória, having huge cuts and corrections. The paper intends to discuss the changes proceeded by the poet or by the Mesa Censória, created under Pombal to control and censure forthcoming books or at circulating in the Reign, functions by himself that was previously shared by the Desembargo do Paço, the Santo Ofício, and the Ordinário.

Keywords

Cláudio Manuel da Costa – Real Mesa Censória – eighteenth century.

No dia 10 de junho de 1768, “entregou Cláudio Manuel da Costa um livro de poesias manuscrito” à Real Mesa Censória.¹ Tratava-se, com certeza, das suas *Obras*, publicadas naquele ano em Lisboa. Neste artigo, além de trazer à luz documentos que contam do seu trânsito no órgão responsável em Portugal pela censura e publicação dos livros, objetivamos também fazer um estudo genético do mesmo, uma vez que tivemos acesso aos manuscritos originais examinados pela Mesa Censória. Trata-se de um volume encadernado artesanalmente, com capa flexível de pergaminho feito da pele fina de algum animal, e folhas numeradas com a mesma tinta usada na escrita dos poemas. Há sinais de folhas que foram arrancadas e da inclusão de novas folhas soltas, escritas com outra tinta. Os manuscritos contêm pelo menos três tipos de letras diferentes, com inúmeras modificações e anotações feitas pelo próprio poeta e/ou editor, mas também anotações devidas às apreciações daquele órgão censor.² Não se pode afirmar com certeza que o próprio Cláudio Manuel tenha sido o autor da entrega, embora seja esta uma hipótese não descartável. Conforme assinalam os documentos que registram as entradas dos livros para apreciação da Mesa Censória, quando estes não eram entregues pelo próprio autor, a sua entrada era feita por terceiros, quase sempre os editores, que então apresentavam o requerimento. Algumas vezes os próprios censores cumpriam este papel: davam entrada às obras e ao mesmo tempo assinavam pelo seu recebimento.³ No caso em questão, o registro diz claramente: “entregou Cláudio Manuel da Costa um livro de poesias...” (**imagem 1**).



¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, doravante mencionado como ANTT, Real Mesa Censória, Registro de entrada e saída de obras (1768-1772), livro 2, MF 6.917, p. 66.

² ANTT, Real Mesa Censória, cx. 316, doc. 2.115.

³ ANTT, Real Mesa Censória, Registro de entrada e saída de obras (1768-1772), livro 2, MF 6.917. Cito um exemplo de entrada de livros através de terceiros: em 10 de junho se “entregou em nome de Antônio Matheus um livro intitulado Roteiro Terrestre – veio em 20 de junho – se entregou ao mesmo que o apresentou e de como recebeu assinou”. ANTT, Real Mesa Censória, livro 2, MF 6.917, p. 65.

Pela documentação hoje disponível sobre a biografia do poeta, seria possível que o mesmo estivesse presente em Lisboa no mês de maio de 1768, pois do período que vai de 3 de abril de 1767 a 25 de agosto de 1768 não se encontram registros da presença de Cláudio Manuel em Minas Gerais, nem mesmo como vereador ou secretário de governo.⁴ E duas outras razões paralelas poderiam ter motivado uma viagem do poeta à Europa: o acompanhamento do seu processo para a concessão da mercê do hábito de Cristo, sendo agraciado pela mesma em 18 de junho de 1768;⁵ e a obtenção do ainda nebuloso título de árcade romano ultramarino, com o qual já assinaria alguns poemas em italiano que constam das *Obras*.⁶ De qualquer forma, na sessão do dia 21 de junho, para distribuição dos manuscritos pelos censores encarregados de analisá-las, foi destinado ao desembargador Pedro Viegas

-
- ⁴ Para essa afirmação, além da consulta aos clássicos, desde Joaquim Norberto a Rodrigues Lapa, recorremos a trabalhos mais recentes e abalizados, que buscaram reavaliar cientificamente os dados disponíveis sobre a biografia do poeta. É o caso de MELLO E SOUZA, Laura de. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011 e AGUIAR, Melânia. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: PROENÇA FILHO, Domício. *A poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1996. Nas nossas pesquisas diretas nos arquivos do Brasil e de Portugal também não achamos nenhuma referência biográfica de Cláudio Manuel neste período. O último registro documental da sua presença em Minas tem a data de 21 de março de 1767, quando testemunhou o testamento do seu amigo José Gomes de Araújo, tendo assistido provavelmente a seu enterro treze dias depois, em Congonhas de Sabará. (ANTT, Testamentos, liv. 317, fl. 11-12). Após isto, seu nome só voltaria a figurar na écloga *Saudade de Portugal e alegria de Minas*, que faz “alusão ao precioso objeto que se venerou no 25 de agosto de 1768”. (PROENÇA FILHO, Domício, op. cit., p. 325.) Este poema compõe a sessão acadêmica em homenagem ao conde de Valadares, realizada a 4 de setembro de 1768 em Vila Rica, dirigida por Cláudio Manuel da Costa.
- ⁵ ANTT, Registro Geral das Mercês de D. José I, livro 25, fl. 106. O documento diz que no ano de 1764 (“no décimo terceiro ano do seu estabelecimento”, Cláudio Manuel da Costa fez fundir na casa de fundição de Vila Rica “mais de oito arrobas de ouro em pó”; e “por lhe segurar a lei do mesmo estabelecimento o seu devido prêmio”, solicitou à Coroa que se lhe conferisse “qualquer mercê que fosse do Real agrado”. Em novembro de 1767 foi feito um pedido de consulta pelo Conselho Ultramarino à Real Fazenda, sendo obtida resposta afirmativa um mês depois. (AHU, cx. 73, doc. 11). O requerimento de Cláudio Manuel subiu “a real presença de Sua Majestade em 11 de janeiro de 1768” (AHU, CU, cód. 468, p. 121). Em 18 de junho de 1768, foi-lhe então concedida a mercê do hábito de Cristo, de que lhe foi passado padrão em 27/11/1769. (ANTT, Registro Geral das Mercês de D. José I, livro 25, fl. 106).
- ⁶ Quanto ao título arcádico, o legítimo árcade romano José Basílio da Gama estivera no Brasil entre 1766 e junho de 1768, cuidando também da criação de uma Arcádia Ultramarina; ao menos é o que diz a ode a ele endereçada pelo também árcade romano Joaquim Inácio de Seixas Brandão: “Ode a um Árcade de Roma, que ía estabelecer uma nova Arcádia no Brasil”. Datariam deste período os prováveis contatos entre Basílio da Gama e Cláudio Manuel, para sua inserção no rol dos árcades filiados à Arcádia Romana, e para “fundação” da dita Arcádia Ultramarina. LAPA, Manoel Rodrigues. O enigma da Arcádia Ultramarina aclarado por uma ode de Seixas Brandão. In: *Suplemento Literário do “Minas Geraes”*. Belo Horizonte, 22/12/1969.

de Novais o requerimento de Cláudio Manuel da Costa, juntamente com “um livro manuscrito de versos”.⁷ Este livro recebeu o primeiro veredito da Mesa a 8 de julho de 1768. Naquele dia, os censores fizeram anotar na última página: “Imprima-se, torne a conferir” (imagem 2).⁸

Na verdade, o “imprima-se, e torne a conferir” era a expressão de praxe usada como despacho final para as obras que passavam pela Mesa Censória. Mas, via de regra, havia outro parecer detalhado, assinado pelo censor responsável, em que se justificavam os cortes feitos, a supressão ou a liberação das obras. Infelizmente, depois de vasculharmos todos os pareceres disponíveis na Torre do Tombo referentes ao ano de 1768, não conseguimos encontrar aquele que justificaria, de forma mais detalhada, a censura feita às *Obras* de Cláudio Manuel. Nos documentos citados, que registram a entrega da obra e a escolha do censor que iria examiná-la, existe ainda a anotação de que a mesma “veio em 8 de julho de 1768”. Ou seja, neste dia foi apresentado à Mesa o parecer, sendo os manuscritos entregues, com cortes e modificações, ao sr. Pedro Pereira, que assinou o seu recebimento em nome do poeta.⁹ Os manuscritos de Cláudio Manuel contêm ainda uma informação extremamente rara, dentre os documentos que examinamos. Conforme indica outra anotação em 24 de novembro de 1768, o livro retornaria para a Mesa Censória, para um novo exame e parecer (imagem 3).¹⁰ Isto só poderia ter acontecido se o poeta, ou o editor responsável, tivesse inserido novos poemas e modificações após o primeiro exame da Mesa. Acreditamos que isto de fato ocorreu, pois é o que demonstra, inclusive, a grande quantidade

⁷ ANTT, Real Mesa Censória, Registo de distribuição de obras pelos censores (1768–1769), liv. 3, MF 6.743, p. 79. No mesmo livro está registrado, no dia 24 de abril de 1769, que “foi distribuído ao Desembargador João Ramos um requerimento de José Basílio da Gama com um poema”. Com certeza, o poema *Uraguai*, impresso naquele ano.

⁸ ANTT, Real Mesa Censória, cx. 316, doc. 2.113.

⁹ ANTT, Real Mesa Censória, MF. 6.917, livro 2, p. 66. Desconhecemos a identidade do sr. Pedro Pereira da Silva, talvez um funcionário da Oficina de Luís Seco Ferreira, onde o livro seria impresso.

¹⁰ O registro de 8 de julho de 1768 é assinado por Pedro Viegas de Novais, oriundo do Desembargo do Paço, e João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho e José Bernardo da Gama Ataíde, desembargadores da Relação do Porto. Há ainda outra assinatura que não conseguimos identificar. No registro de “Imprima-se, volte a conferir” do dia 24 de novembro, Pedro Viegas de Novais e Gama Ataíde não estão presentes e assinam em seus lugares Manuel de Vasconcelos Pereira, bispo de Lamego, inquisidor do Santo Ofício, e outro deputado, de quem também não pudemos identificar a assinatura.

de correções e rasuras contidas nos manuscritos, o que analisaremos mais detidamente adiante.¹¹

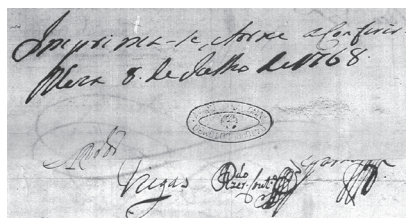


Imagem 2

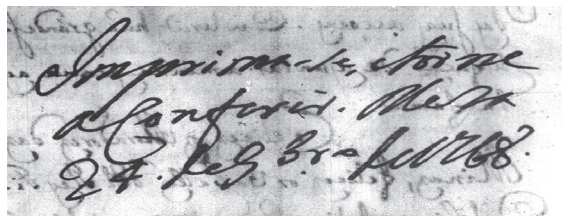


Imagem 3

Para que possamos melhor acompanhar todos esses trâmites, é necessário entender um pouco a rotina dos trabalhos da Real Mesa Censória, tratando aqui apenas da apreciação e da censura de obras destinadas à publicação, já que a instituição teria outras várias funções, dentre elas a fiscalização e a censura sobre a circulação no Reino de livros estrangeiros. Este órgão do Estado, submetido apenas à autoridade do rei e do todo poderoso conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, foi criado por alvará de 1768, para assumir atribuições antes a cargo do Tribunal do Santo Ofício, do Desembargo do Paço e do Ordinário.¹² Em se tratando do exame de obras a serem impressas em Portugal, obedecia-se ao seguinte roteiro: a entrega do manuscrito se dava juntamente com a apresentação de um requerimento. Era protocolado o seu recebimento por um secretário da Mesa, registrando num livro o nome da obra, do autor, de quem entregou e a data da entrega. Posteriormente, entre uma e duas semanas depois, havia uma sessão para a distribuição dos manuscritos pelos censores, “segundo a especialidade de cada um”. O exame da obra poderia se dar de forma “simples” ou “formal”. Os censores emitiam uma resposta simples, imediata, quando constava que a mesma já tivesse sido examinada, ou então quando se presumisse a sua má qualidade: pela “ociosidade ou falta de instrução dos seus autores, que, depois de haverem

¹¹ Dos manuscritos submetidos à Mesa Censória que analisamos, as *Obras* de Cláudio Manuel são, de longe, os que mais contêm cortes, rasuras, correções...

¹² O Desembargo do Paço seria responsável pela censura de ofensas relativas ao Reino e ao Estado; o Santo Ofício pela censura dos agravos à fé e à doutrina católica; e o Clero Ordinário por “atentados” contra a moral e os bons costumes. A Real Mesa Censória, assumindo essa tripla função, foi criada pelo alvará de 5 de abril de 1768 e o seu regimento detalhado foi publicado a 18 de maio do mesmo ano.

perdido o seu tempo o querem fazer perder aos outros”.¹³ A análise formal pressupunha uma apreciação mais rigorosa, detida, da obra que se queria publicar. Uma vez finalizado o exame e dado o parecer, a obra era devolvida, retornando muitas vezes para nova conferência. O autor, ou emissário, deveria assinar em livro da Mesa pelo recebimento da obra examinada.

No caso do livro de Claudio Manuel, o censor encarregado, desembargador Pedro Viegas de Novais, seria um especialista em obras literárias, atuando nesta área de 1768 a 1782, tendo inclusive assinado, em 1775, a concessão de licença para reimprimir-se um poema de outro poeta árcade brasileiro, Manuel Inácio da Silva Alvarenga.¹⁴ A análise das *Obras*, ao que tudo indica, foi rigorosa, tendo merecido, como se disse, duas apreciações da Mesa, provavelmente para analisar modificações feitas pelo autor, ou seu editor, após o primeiro parecer. Devemos considerar também que para este exame mais rigoroso talvez pesasse o fato de o livro de Cláudio Manuel ter sido uma das três primeiras obras literárias a serem analisadas pela Real Mesa Censória. No mesmo dia 10 de junho, foram entregues para exame da Mesa as “poesias de João X. de Matos”, além de livro do poeta quinhentista português, Francisco de Sá Miranda.¹⁵ Todas as demais obras apresentadas até então à Mesa Censória, que iniciara os seus trabalhos apenas a 5 de maio de 1768, versavam sobre religião, ciência, moral, direito, história e instrução militar.¹⁶ Ou seja, os livros de Cláudio Manuel, de Sá de Miranda e de João

¹³ MARQUES, Maria Adelaide Salvador. A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXVI. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1964, p. 1-207. Ver também Real Mesa Censória, inventário preliminar. ANTT, Direção de Serviços de Arquivística e Inventário, Lisboa, março de 1994.

¹⁴ ANTT, Real Mesa Censória, Registro de resoluções da Mesa sobre a censura de obras, livro 10, MF 4.997, p. 67, conferência de 16 de fevereiro de 1775. Trata-se da obra *A Termindo Siplio árcade romano por Alcindo Palmireno árcade ultramarino. Epístola*, que foi publicada por Silva Alvarenga sem autorização prévia da Mesa Censória, em 1773, o que causou um longo processo contra o mercador de livros Pedro Ginioux e o próprio Silva Alvarenga, até que se conseguiu a liberação da obra. O processo se encontra em ANTT, Real Mesa Censória, cx. 176, livro 10, MF 2.756.

¹⁵ ANTT, Real Mesa Censória, Registro de entrada e saída de obras (1768-1772), livro 2, MF 6.917, p. 65v. No dia 10 de junho “entregou José da Silva Nazareth um requerimento com um livro Obras de Francisco de Sá Miranda”. Neste mesmo dia deu entrada o livro de João Xavier de Matos, poeta árcade português, chamado Albano Eritreu na Arcádia Portuense..

¹⁶ Até a quarta reunião para recebimento de obras, ocorrida em 10 de junho, data da entrada do manuscrito de Cláudio Manuel, foram entregues para apreciação da Mesa nove livros de religião, quatro de armas, três de ciências, três de direito, dois de moral, dois de história e um *Telêmaco traduzido*, que talvez se refira à novela de Fenelón, *Aventuras de Telêmaco*. Esta foi imediatamente suprimida por ordem da Mesa. ANTT, Real Mesa Censória, Registro de entrada e saída de obras (1768-1772), livro 2, MF 6.917, p. 60-66v.

Xavier de Mattos inaugurariam a observação do rigor nas regras para a censura das obras poéticas, que estaria a se construir.

Antes de passarmos às considerações sobre a genética da obra e as alterações verificadas nos manuscritos originais analisados pela Real Mesa Censória, é preciso situar alguns autores que comprovadamente tiveram, anteriormente, acesso aos mesmos originais que ora estudo, pois voltarei a alguns apontamentos dos mesmos quando estiver a analisar as ditas retificações. O primeiro pesquisador a ter acesso e a comentar em artigo este documento foi o grande historiador português Antônio Baião (1878–1961), que exerceu o cargo de diretor da Torre do Tombo por mais de 30 anos. A ele coube a publicação de cinco sonetos inéditos de Cláudio Manuel que constavam dos manuscritos originais, mas foram riscados e substituídos por outros.¹⁷ O segundo pesquisador a trabalhar o documento, com a mesma preocupação de encontrar poesias inéditas, foi o filólogo e historiador Rodrigues Lapa, um dos maiores especialistas da poesia árcade luso-brasileira. Lapa também fez publicar, em 1952, três outros sonetos que constavam dos originais e não aparecem nas *Obras* em sua impressão final.¹⁸ A pesquisadora brasileira Melânia Aguiar, ao organizar a publicação das obras completas de Cláudio Manuel em 1996, no livro *A poesia dos inconfidentes*, também teria consultado esses originais, assim como as publicações referidas de Lapa e Baião.¹⁹ Finalmente, temos Sérgio Alcides que, na obra *Estes penhascos...*, discute as modificações percebidas nos manuscritos, atentando originalmente menos para os sonetos excluídos, mais para as motivações que levaram à escolha de alguns dos que os substituíram.²⁰

Na análise cuidadosa que fizemos deste documento, encontramos três ordens de alterações possíveis na estrutura dos poemas, e mesmo na sua supressão, sendo duas delas de suposta iniciativa de Cláudio Manuel ou seu editor. A primeira seria de ordem ortográfica: são alterações, no corpo dos

¹⁷ BAIÃO, Antônio. *Revista de Filologia Portuguesa*. São Paulo, ano II, jun. 1925, n. 18, p. 115–116. Baião então publicou os seguintes sonetos: “Dentro de um vidro que me mostra Alcina”, “Que me estás retratando, ó pensamento...”, “Tronco de verdes ramas coroadas...”, “No misterioso horror desta clausura...” e “Aqui jaz, caminhante desatado...”.

¹⁸ LAPA, M. Rodrigues. Imagem de Glaucete. Poemas inéditos. *Revista Anhembi*. São Paulo, ano II, v. VIII, out. 1952, n. 23, p. 235–40. Publicou Lapa os sonetos “Estes do íntimo d’alma retratados”, “Ninfa cruel, que derramando agora...” e “Debalde estendes o enganoso laço...”.

¹⁹ PROENÇA FILHO, Domicio. *A poesia dos inconfidentes*, op. cit., p. 475–476. Melânia Aguiar fez publicar neste livro todos os sonetos acima citados.

²⁰ ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas (1753-1773)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

sonetos e de outros poemas, em palavras que tinham sido originalmente escritas de forma equivocada ou não usual e, por isso, foram corrigidas. Como não seria atribuição obrigatória da Real Mesa Censória esta espécie de correção, as mesmas teriam sido feitas pelo próprio autor ou pelo editor responsável. O segundo tipo de alteração encontrada é de ordem estilística, ou estética. São modificações de palavras, termos e mesmo versos inteiros, que obedeceriam a um apelo formal: na maior parte das vezes devido a uma possível lapidação ou substituição proposital dos poemas, para se adequarem melhor ao procurado "bom gosto" arcádico. O terceiro tipo de alteração teria uma motivação política, ou ideológica; ou seja, algumas modificações e supressões de trechos ou poemas inteiros seriam feitas por determinações externas da Real Mesa Censória; em alguns casos talvez pelo próprio autor, com o objetivo de atender às exigências dos censores, ou para escapar providencialmente da sua censura.

Passamos então a analisar as modificações que se fizeram nos originais das *Obras* de Cláudio Manuel, principalmente nos sonetos, para o que seguiremos, metodologicamente, a sequência das respectivas ordens a que nos referimos. Quanto à primeira ordem de alteração, devida às correções ortográficas, há uma observação a fazer: ou existiriam palavras que estariam recebendo, naquele momento, um novo tratamento ortográfico, e o poeta teria que rever a grafia de poemas mais antigos, ou ele realmente cometeria muitos deslizes por distração ou desconhecimento, ocorrendo uma repetição quase absoluta na correção da escrita de algumas palavras. É o caso, por exemplo, da correção da grafia da palavra ideia que, em quase todas as ocasiões nas quais aparece, está grafada como "ideya", sendo então corrigida para "idéa"; ou com a substituição do "s" pelo "ç" em palavras como "alcança", "mudança" e correlatas; ou com a supressão do "h" em palavras originalmente iniciadas com esta letra: "esse", "eram", "ides" etc. A resolução dos problemas ortográficos é mais provável que ficara a cargo do editor Luís Secco Ferreira, em cuja oficina já havia se publicado, nos idos de 1739, o livro *Ortografia, ou Arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa*.²¹ Não sendo o foco maior de nossa atenção, temos certeza de que toda essa revisão

²¹ FEIJÓ, João de M. Madureira. *Orthographia, ou Arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa*. Coimbra: na officina de Luis Secco Ferreira, 1739. Segundo catálogo da Biblioteca da Universidade de Coimbra, um dos volumes ali existente pertenceu a Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851-1925), considerada uma das maiores filólogas da língua portuguesa, primeira mulher a lecionar na Universidade de Coimbra.

ortográfica deva interessar em muito aos filólogos, aos estudiosos das raízes da língua portuguesa, para os quais deixamos aqui o desafio de se embrenharem também nos originais das *Obras* de Cláudio Manuel.

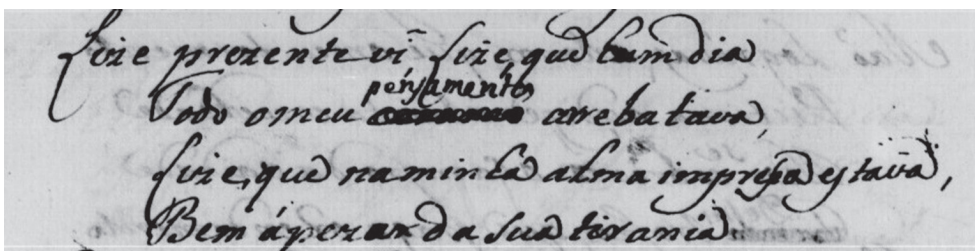
Já a segunda ordem de alteração, aquela que se refere a lapidações do autor devidas ao estilo, à estética, atrai a atenção de todos nós que também lidamos com a crítica literária e com a literatura arcádica. Mas algumas dessas correções não seriam necessariamente motivadas pelas convenções do gênero, ou pelas regras do “bom gosto” corrente; são pequenas alterações na disposição de palavras e termos, presumivelmente para se buscar uma melhor disposição formal, melhor sonoridade dos versos. Seriam os casos, por exemplo, das alterações na última estrofe do soneto 4, em que, em lugar do verso “E agora os bens de amor choro perjuros”, o autor escreve: “E hoje os tratos de amor choro perjuros”; da revisão feita no último verso do soneto 68, em que o autor altera a expressão “Passo o dia, e o ano, o mês, e a hora”, para uma ordem mais lógica e poética: “Passo o ano, e o mês, o dia, a hora”; ou ainda a alteração ocorrida nos sonetos 13 e 38, em que por duas vezes o poeta substitui o fácil “quando” pelo mais impactante e sonoro “quanto”: “E quando observa, é só a vil jactância”, por “E quanto observa é só a vil jactância” (sétimo verso do soneto 38) e “Se quando a vista se dilata, e gira”, por “Se quanto a vista se dilata, e gira” (terceiro verso do soneto 13).²²

Outras alterações estilísticas, formais, obedeceriam mais explicitamente a critérios relativos às convenções do gênero arcádico e às regras do “bom gosto”, embora não deixassem de traduzir também uma escolha do poeta. No sexto verso do soneto 3, em lugar de “Aquele ingrato bem, que me faz a guerra”, o poeta escolhe uma expressão mais condizente com a convenção pastoril: “Aquele pastora infiel, que me faz a guerra”. As alterações não se fazem necessariamente como reação a resquícios da norma culta, barroca. Em poemas provavelmente mais recentes, há também o cuidado do poeta em não deslizar por expressões que acentuariam um indesejável sentimentalismo, que a esta época já começa a impregnar parte da poesia arcádica. Seria o caso do soneto 38, em que o poeta substitui o sentimental “Tudo deixei,

²² ANTT, Real Mesa Censória, doc. 2.113, MF 785. Decidimos usar, nesta e nas próximas citações, a referência dos números e/ou títulos dos poemas, indicando os respectivos versos em que ocorreram alterações, e não o número respectivo das páginas do manuscrito, pois o mesmo contém tripla numeração: uma original, outra posterior (feita a lápis) e outra específica das élogas, que não correspondem, obviamente, à numeração das edições das *Obras* disponíveis para consulta. Quando for necessário situar os poemas em uma publicação atual, usaremos a edição de PROENÇA FILHO, op. cit., adotando a sua mesma atualização ortográfica.

amada, aquele dia”, pelo retumbante “Tudo deixei, ó Nise, aquele dia”. Ou ainda o caso, mais explícito, do soneto 42, em que é substituída a exaltação romântica ou melodramática: “Todo o meu coração arrebatava”; pelo racional e neoclássico: “Todo o meu pensamento arrebatava” (imagem 4).²³

Imagem 4

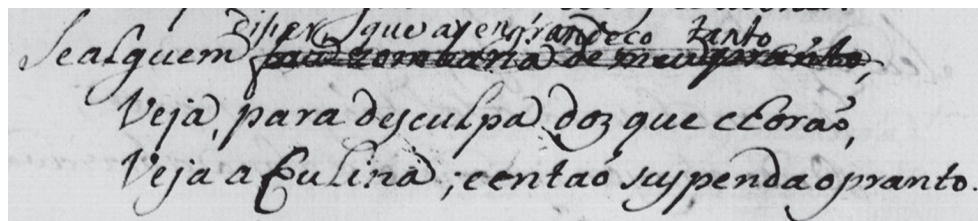


O que conjecturamos é que parte das alterações de ordem estética já teria sido feita antes da entrega dos manuscritos; estes, então, chegaram às mãos da Mesa parcialmente corrigidos e rasurados. Tal conjectura vem do fato de que as ditas alterações, pela forma como aparecem no corpo do poema, sugerem mudanças ocorridas durante a sua própria redação. Tentaremos demonstrar isto com exemplos. Tomemos a última estrofe do soneto 11, como registrado na publicação impressa: “Se alguém disser que a engrandeço tanto,/Veja, para desculpa dos que choram,/Veja a Eulina; e então suspenda o pranto”. Nos manuscritos originais, se encontra riscada a expressão “faz zombaria do meu pranto”, então substituída por “disser que a engrandeço tanto” (imagem 5). Esta modificação propiciou que Cláudio pudesse terminar o último verso dessa mesma estrofe com a palavra “pranto”: “Veja a Eulina; e então suspenda o pranto”. Ora, seria muito improvável que Cláudio Manuel tivesse entregado, para ser publicado, um poema que contivesse um erro tão banal, como o de rimar “pranto” com “pranto”. Ou seja, teria sido uma lapidação ocorrida na própria feitura anterior do poema, posto que, no labor do processo criativo, tal deslize se configura perfeitamente natural. Outros casos reforçam mais justificadamente a suposição de que boa parte das alterações tenha sido feita anteriormente à entrega dos manuscritos, no momento da sua criação ou da feitura da cópia destinada à Mesa. É o que acontece, por exemplo, com o soneto de número 65, em que

²³ ANTT, Real Mesa Censória, doc. 2.113, MF 783.

o último verso, “Ele o excesso em ser feliz descobre”, se encontra riscado, mas o que o substitui não está sobreposto, como geralmente acontecia. Está escrito sequencialmente, na linha posterior, com a mesma letra e a mesma tinta, como se o poeta se corrigisse no momento da própria redação: “Mas ó que ele é feliz! Isto lhe sobre”.²⁴

Imagem 5



Esses casos não eliminam, porém, a suposição de que a maioria das correções tenha sido executada durante ou após a primeira conferência feita pela Real Mesa Censória. Seja por ação direta da Mesa, efetuando cortes e remanejamentos, seja pelo poeta ou representante, para inserir, por força da ação censora, poemas e textos de última hora, o que motivaria a necessidade de uma nova conferência e parecer. Resta saber como, e através de quem, teriam sido feitas as novas alterações e excertos. Se há a possibilidade de que Cláudio estivesse presente na entrega do livro, é quase impossível sua presença ainda no dia 8 de julho, data da provável entrega do livro ao emissário Pedro Pereira. Isto porque, em 4 de setembro, estaria oficialmente em Vila Rica, sendo que uma viagem de Lisboa ao Rio de Janeiro e daí para Vila Rica jamais duraria à época menos de 70 dias.²⁵ Por igual motivo, não há a possibilidade das correções terem sido feitas por correspondência, pois as viagens de ida e de volta dos manuscritos já somariam, no mínimo, cinco meses, sendo que o último despacho da Mesa se deu a 24 de novembro de 1768. A hipótese que consideramos mais provável é a de que Cláudio Manuel tenha deixado muitos outros poemas e instruções com o seu editor, Luís Secco Ferreira, ou com um dos irmãos que a esta altura se encontravam em

²⁴ ANTT, Real Mesa Censória, doc. 2.115, MF 785.

²⁵ Utilizamos para esse cálculo informações colhidas no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa: Entradas dos navios portugueses dos portos da América, Ásia e Ilhas no Porto de Lisboa (1772-1884), MF 271-281.

Portugal, fiando-lhes também o arbítrio de proceder qualquer nova correção e/ou substituição necessária.²⁶

Trataremos agora, portanto, dos sonetos que figuravam nos manuscritos originais e acabaram por ser suprimidos na versão impressa, então substituídos por outros. Como já foi dito, os sonetos suprimidos encontrariam publicação separada, a partir dos trabalhos citados de Antônio Baião, Rodrigues Lapa e Melânia Aguiar. O primeiro deles, “Estes do íntimo d’alma retratados”, corresponderia originalmente no livro ao soneto de número 2 (imagem 6). Lapa atribui a sua supressão por “razões estéticas”, já que o mesmo traria aquele “jogo do hipérbaton e das antíteses, a ênfase e soltura metafóricas” que denunciariam o então condenável gongorismo seiscentista.²⁷ Melânia Aguiar, inclusive, tece detalhes sobre as inversões exageradas de sintaxe contidas nas duas primeiras estrofes.²⁸ Concordando com os demais autores, acrescentamos que a qualidade poética do soneto que o substitui, “Leia a posteridade, ó pátrio Rio”, é indiscutível, além de se ajustar melhor, estética e retoricamente, aos poemas vizinhos. Com certeza, este seria de lavra mais recente do poeta, constituindo, como também compreende Alcides, “uma mudança de sensibilidade do autor perante a terra mineira”, em que ela adquiriria “novo e mais prestigioso estatuto”.²⁹ O soneto excluído, que abaixo transcrevemos, se encontra na página 8 dos originais, cortado com dois riscos leves, da mesma tinta usada no poema. Com o corte feito, foi inserida uma folha solta com o novo soneto, escrito com tinta diferente, sendo sua página renumerada a lápis como 8b.

²⁶ Seu irmão José Antônio do Alvarenga estudava a esta época em Coimbra, onde se formaria em Leis no ano de 1769. Enquanto o outro, Francisco de Salles, desde 1751 viveria no convento da Santíssima Trindade de Lisboa, atuando como sacerdote e lente de Teologia. MELLO E SOUZA, Laura de, *op. cit.*, p. 112-113. Dentre os vários manuscritos que examinamos, não encontramos nenhum que tenha passado pela Real Mesa Censória, com tantas correções e rasuras como o manuscrito das *Obras* de Cláudio Manuel.

²⁷ LAPA, M. Rodrigues. Imagem de Glauceste. Poemas inéditos. *Revista Anhembi*. São Paulo, ano II, v. VIII, out. 1952, n. 23, p. 237.

²⁸ Em nota referente ao poema, Melânia Aguiar diz acertadamente que a palavra “Estes” do primeiro verso se liga aos “métricos gemidos” do final do segundo verso, constituindo essa expressão o sujeito de “devem ser dignamente consagrados”, último verso da segunda estrofe. In: PROENÇA FILHO, Domício. *A poesia dos inconfidentes*, *op. cit.*, p. 1.104..

²⁹ ALCIDES, Sérgio, *op. cit.*, p. 28.

Estes do íntimo d'alma retratados,
Em tosco acento, métricos gemidos,
Mais à força da mágoa dispendidos
Do que a cargos do engenho articulados,

A quem, senão a ti, dos meus cuidados
Ídolo belo, objeto dos sentidos,
Pois os viste tu mesma produzidos,
Devem ser dignamente consagrados?

Recebe o terno voto; e se notares
Em pranto, em ânsia, em lágrimas desfeita
Uma alma que foi centro dos pesares,

Lembra-te que de estragos satisfeita
Jamais pôde alguma hora em teus altares
Outra vítima alegre ser aceita.

O próximo poema excluído, “Ninfa cruel, que derramando agora...”, que corresponderia ao soneto de número 59, está cortado com quatro riscos leves na vertical, se encontrando ainda levemente riscados, na horizontal, todos os versos do poema. O soneto que o substitui, desta feita, foi escrito em uma folha solta e colado sobre o primeiro, assumindo a mesma numeração da página e do soneto antecessores. Mas a cola não impede, à vista dos originais, de se ler o que se excluiu. Rodrigues Lapa é da opinião de que razões de ordem moral motivaram a exclusão do poema: “o receio pudibundo de que a sua Nise, que cantou em delicadas efusões de amor platônico, fosse vista em trajes menores, agarrada ao amante que se despedia à primeira luz da madrugada”.⁵⁰ Realmente, a segunda estrofe do poema pode sugerir uma situação excessivamente libidinosa para os padrões da Mesa ou do próprio poeta, que ali parece não se incomodar que outro amante dispute o leito da sua musa:

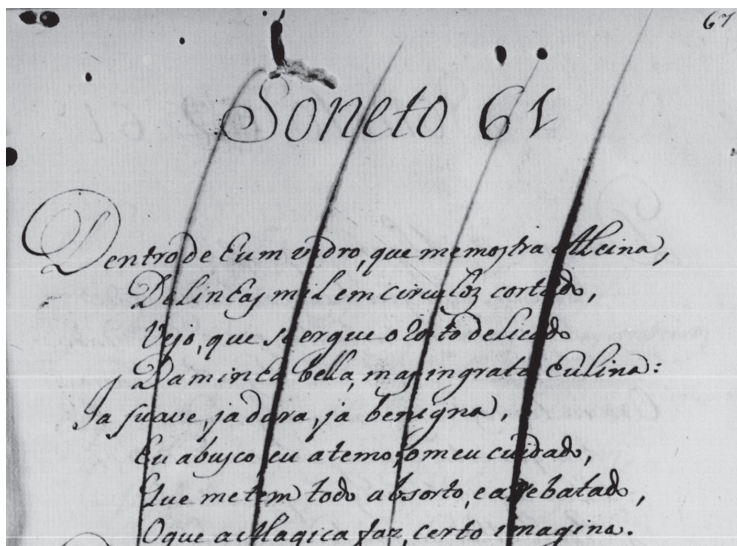
Não despertes, repousa, ó bela Aurora,
Que no berço em que alegre te imagino
Te acompanha outro amante peregrino,
Que Aurora mais feliz em ver-te adora.⁵¹

⁵⁰ LAPA, M. Rodrigues. *Imagem de Glauceste*, op. cit., p. 238.

⁵¹ PROENÇA FILHO, Domício, op. cit., p. 473.

O soneto “Dentro de um vidro que me mostra Alcina...” inaugura o que consideramos serem alterações feitas por ingerência externa à obra, através de intervenção direta da Real Mesa Censória. Trata-se do soneto de número 61 na versão original. Ele foi cortado com quatro traços muito fortes que chegam a manchar as páginas posteriores.³² Diferentemente do que aconteceu com os dois primeiros, ele não é substituído no momento da exclusão, pois a sequência da página continua normalmente e pela primeira vez ocorre uma alteração na numeração dos sonetos. O seguinte, que seria o de número 62, é alterado para 61, devido à eliminação do anterior. Isso leva a crer que, provavelmente, o corte tenha sido feito posteriormente aos dois primeiros. Eis as duas primeiras estrofes do soneto cortado (imagem 6), em que se nota a presença de elementos que poderiam desagradar os censores régios:

Imagem 6



Será que a descrição da “mágica” que Alcina executa com o vidro não se enquadraria em um tipo de feitiçaria tão condenada pelos inquisidores do Santo Offício, que então também se empregavam como censores da Real Mesa Censória? Não podemos afirmar ser este o motivo da exclusão, mas

³² PROENÇA FILHO, *ibidem*, p. 474.

não é fantasioso pensar que os censores não aceitariam tal licença poética, ou que o próprio poeta temesse fazê-la chegar ao seu exame. Ainda no terreno das possíveis indisposições com a doutrina católica, encontra-se o corte do soneto correspondente originalmente ao número 83, que se inicia com “Tronco de verdes ramas coroado...” Foi riscado com sete linhas fracas na vertical e sua numeração é original, não tinha sido já modificada pelos cortes anteriores. As razões do corte podem estar ligadas principalmente à terceira estrofe: “Se cuidas que no empenho peregrino/De um espírito ardente há igual excesso,/Não pode o Céu, nem Júpiter divino...”. Mesmo que fossem naturais e características da convenção arcádica as referências mitológicas, a divinização de Júpiter aí poderia se configurar uma liberdade excessiva da pena do poeta para o conservadorismo da Real Mesa Censória.

Não encontramos, entre os pareceres dos censores pesquisados na Torre do Tombo, algum que proibisse a publicação parcial ou total de uma obra pelo uso de referências à mitologia pagã. Mas sabemos tratar-se de assunto polêmico este uso, criticado por alguns dos principais teóricos das reformas educacionais e literárias vigentes em Portugal na segunda metade do século XVIII. Em seu *Verdadeiro método de estudar*, Verney refuta abertamente o uso da mitologia greco-latina na arte poética, por contrária aos princípios da religião. Argumenta que há na religião católica um Deus, anjos e santos que poderiam facilmente suprir na poesia a necessidade de importação de deuses estrangeiros: que “um furioso vento, excitado pelo Diabo, pode fazer o mesmo espalhafato em uma armada, do que Éolo com todas as suas Fúrias”.³³ Já Cândido Lusitano se opõe ao uso de “divindades do paganismo” principalmente no gênero épico: “não se pode descobrir meio, com que estas possam entrar numa Epopeia feita por pena católica”.³⁴ Certamente não foi à toa a protestação de Cláudio Manuel ao final do seu livro, semelhante às que encontramos em outras obras que passaram pela Mesa Censória: “Protesta o autor, que somente por adorno da Poesia usou das palavras = Deuses, Numes, Divindades, Agouros; e outras expressões dissonantes aos dogmas da Santa Madre Igreja de Roma: o que tudo sujeita à sua correção, como

³³ Epístola a Alceste, apud ANASTACIO, Vanda. Alcipe e os mitos: a presença da mitologia na poesia da marquesa de Alorna. In: PENA, Abel. A tradição mitográfica portuguesa. representações e identidade (séculos XVI-XVIII). COLÓQUIO INTERNACIONAL MYTHOS. *Atas*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, p. 67-82.

³⁴ VERNEY, Luís Antônio. *O verdadeiro método de estudar*. Valença: Ed. Balle, 1746, tomo VII, p. 232-234.

verdadeiro católico". Possíveis punições aplicadas em Portugal nesse assunto motivariam os seguintes versos da marquesa de Alorna:

Como do Olimpo os deuses são fingidos,
Sem que ofenda a moral, que firme adoro,
Finjo Dianas, Martes, e Cupidos,
Falo com eles, finjo que os imploro.

Não sofre a nossa terra essa linguagem;
País onde se queimam feiticeiras
Descobre o mal numa inocente imagem,
Como o demônio em casa das primeiras.

Há ciúmes aqui até d'Apolo;
Basta que uma mulher com ele fale
Para ter liberdade qualquer tolo
De mandar seja presa até que estale.⁵⁵

Acreditamos que outros dois sonetos tiveram motivação puramente estética, para a sua supressão, tratando-se de uma escolha livre do autor: "Que me estás retratando, ó pensamento..."⁵⁶ corresponde originalmente ao número 66 e foi cortado com três riscos fortes. Ele também não é substituído imediatamente. A numeração das páginas segue normalmente, enquanto o soneto seguinte tem a sua numeração anterior riscada, recebendo agora o número 65; não conseguimos encontrar razões aí de censura moral, política ou religiosa para o corte feito. Quanto ao soneto "Debalde estendes o engano-so laço..." (imagem 8), que é numerado como 98, a história é diferente. Ele não aparece cortado, ou riscado, mas não consta da edição final que foi publicada das *Obras*. Lapa o considera como o de construção mais confusa e alambicada de todos os sonetos, e este parece ser o motivo provável para a sua eliminação.⁵⁷ Ou seja, o poeta simplesmente o extraiu do conjunto, preferindo colocar, em seu lugar, um poema de lavra mais recente, dos mais citados

⁵⁵ FREIRE, Francisco José. *Arte poética ou Regras da verdadeira poesia em geral e de todas as suas espécies principais, tratadas com juízo crítico*. 2 ed. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1759, livro III, cap. III, p. 310.

⁵⁶ PROENÇA FILHO, *ibidem*, p. 474.

⁵⁷ LAPA, Imagem de Glauceste, *op. cit.*, p. 239: "o mais confuso, o mais alambicado, o mais falso, versando o tema estafadíssimo das setas do cupido e dos protestos do poeta em se furtar às tiranias do Amor".

pela crítica literária posterior, quando se louvam as virtudes sonetistas de Cláudio Manuel: “Destes penhascos fez a natureza o berço em que nasci...”⁵⁸

Debalde estendes o enganoso laço,
Perjuro Amor, Deidade fementida;
Já cai por terra a máquina, que erguida
Os troféus apontava do teu braço.

Já recobro a razão, já despedaço
Os teus grilhões, e restaurando a vida,
Com esta mal das cinzas extraída
Vítima, ao desengano satisfaço.

Crerás que aflito ou lastimoso gemo;
Oh! não te enganes, que a perdida glória
Me assusta menos inda quando tremo.

Agora, que a ruína é já notória,
Mais sossegado estou, pois já não temo
Sofrer mais dano, ou dar-te mais vitória.

Finalmente, temos o corte feito no epitáfio, que não pertencia originalmente ao conjunto dos sonetos, mas vinha no grupo seguinte, agregado ao epicédio em homenagem ao amigo Salício, cuja identidade ainda não pudemos precisar. Melânia Aguiar coloca o fato de estar deslocado entre três epicédios como provável motivo da escolha do poeta pela sua supressão.⁵⁹ Concordamos em parte com ela, pois o epitáfio segue naturalmente o que está escrito nos últimos versos do epicédio anterior que, sem o soneto, perde um pouco do seu sentido original. E há outros elementos para pensar que pode ter se tratado aí de uma interferência direta da Mesa Censória. Traze-mos agora os cinco últimos versos do dito epicédio seguidos do epitáfio, na sua versão original, para que possamos pensar melhor sobre as verdadeiras razões desse corte. “Vive outra vez: das cinzas da ruína/ressuscita, ó Salício;

⁵⁸ PROENÇA FILHO, Domicio, op. cit., p. 95. ALCIDES, Sérgio, op. cit., p. 26, acrescenta que o soneto substituto seria mais condizente ao novo olhar do poeta sobre o berço pátrio, em que a brandura de sua “alma terna” venceria a “condição mais dura” dos penhascos de Minas.

⁵⁹ In: PROENÇA FILHO, *ibidem*, p. 1.105.

dita; escreve;/seja o epitáfio teu: a cifra breve/mostrará no discreto e no po-
lido/ que é Salício o que aqui vive escondido."⁴⁰

Epitáfio
Aqui jaz, caminhante desatado,
Dos anos o esplendor em cinza breve,
Salício, aquele engenho que descreve
Nessa pedra as vinganças do seu fado.

Aos aplausos da fama encomendado,
De inveja a sorte os passos lhe deteve,
Agora pois seja-lhe a terra leve,
E nas sombras o voto consagrado.

Templo à saudade seja construído;
Este mármore duro o sentimento
Aqui lhe assista sempre enternecido.

Compense-se da morte o horror violento,
Que, se o Pastor roubar tem conseguido,
Eterno o há de fazer nosso tormento.⁴¹

Acreditamos que tanto a imagem da ressurreição de um morto, que escreve como vingança sobre o próprio túmulo, quanto as contraditórias possibilidades de interpretação da última estrofe devam ter pesado na censura do poema, motivando a sua exclusão. Mas ela não foi em si uma grande perda, em face das muitas homenagens que o poeta prestou ao mesmo Salício em todas as *Obras*. O nome de Salício aparece em outras écloas e epístolas, como homenageado ou como personagem. Seria ele também o destinatário do Epicédio III, "À morte apressada de um amigo";⁴² que nos originais consta como "À morte repentina de Fábio"? Outro grande companheiro do poeta, José Gomes de Araújo, provedor da Real Fazenda, receberia também vasta homenagem nas *Obras*. Ele é o "Arúncio", da Écloa V cuja dedicatória atesta "que morreu nos sertões do Rio das Velhas";⁴³ foi homenageado também em "Romance" feito ainda antes da sua morte

⁴⁰ PROENÇA FILHO, *ibidem*, p. 111.

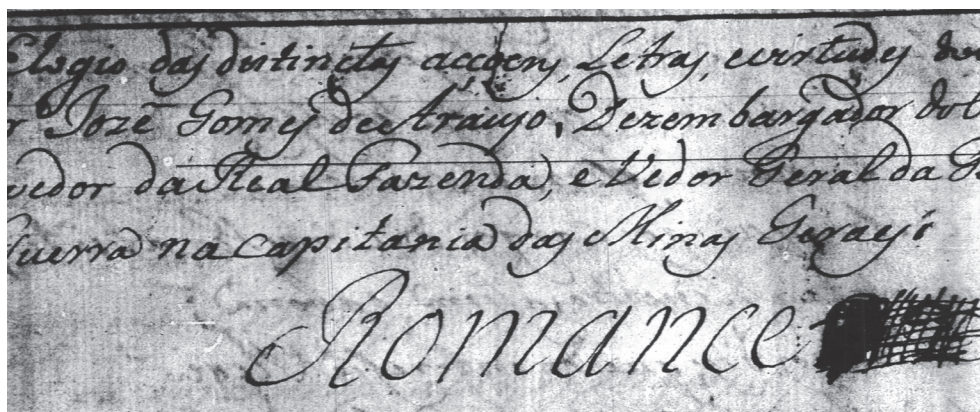
⁴¹ PROENÇA FILHO, *ibidem*, p. 476.

⁴² PROENÇA FILHO, *ibidem*, p. 111-13.

⁴³ PROENÇA FILHO, *ibidem*, p. 163.

que, nos originais, traz o título: “Elogio das distintas ações, letras, e virtudes do senhor José Gomes de Araújo, desembargador...” (imagem 7); na versão que foi a prelo aparece apenas “Ao senhor José Gomes de Araújo, desembargador...”.⁴⁴ Tantas homenagens se justificam. Cláudio Manuel era realmente muito apegado a José Gomes de Araújo, pelo menos desde a viagem “dilatada e aspérrima” que fizeram juntos com o governador Luís Diogo Lobo da Silva pelos sertões de Minas em 1764. É o que mostram muitos elementos trazidos à tona na citada biografia escrita por Laura de Mello e Souza, seguindo rastros deixados por Manuel Rodrigues Lapa.⁴⁵

Imagem 7



Existem ainda alguns cortes e alterações executadas no corpo de outros poemas que sugerem ação direta da Mesa ou temor de Cláudio Manuel pela sua censura. É o caso da Écloga 1, “Aos maiores do Tejo”, quando em lugar dos versos “Tu, Ninfa, entre as mais deusas só mereces/ De loiros e de açucenas a coroa,/ que entre elas sobre todas resplendesces”, o poeta escreve: “Tu, Ninfa, entre as mais deusas só mereces/este obséquio, que agora satisfaço,/ que entre elas sobre todas resplendesces”.⁴⁶ A coroação de deusas e ninfas aí talvez soasse injurioso para com a Coroa portuguesa. No Epicédio 1, à morte do conde de Bobadela, também foram cortados quatro belos versos, totalmente ajustados ao corpo do poema. Será que os censores, ou quiçá o poeta,

⁴⁴ PROENÇA FILHO, *ibidem*, p. 114.

⁴⁵ MELLO E SOUZA, Laura de, *op. cit.* e LAPA, Manuel Rodrigues. Subsídios para a biografia de Cláudio Manuel da Costa. *Revista do Livro*, n. 9, março de 1958, p. 7-25.

⁴⁶ PROENÇA FILHO, Domício, *op. cit.*, p. 137.

acharam muito descrever o conde como a suster nos ombros todo o Império, da forma como pode transparecer destes versos, até hoje inéditos?

Se com os ombros seus não é bastante
A suster todo um globo um só Atlante,
A quem não pasma que três orbes una
Do reino esta firmíssima coluna!⁴⁷

Há um poema que estamos convictos de ter sido excluído pelos censores. Trata-se do soneto publicado posteriormente por Baião que traz a dedicatória “Ao convento do Bosaco” (imagem 8). Antes de discutirmos as razões políticas ou ideológicas deste corte (que implicaria também questões religiosas, na crítica indireta à vida conventual), devemos salientar que o soneto (originalmente número 88) já vinha com a numeração corrigida (85), após as várias substituições anteriores. Ou seja, Cláudio Manuel, em primeira revisão, o teria preservado, o que assegura que a sua exclusão foi feita após a primeira conferência da Mesa, por determinação desta. Para entender melhor qual a “culpa” deste soneto, vamos a ele:

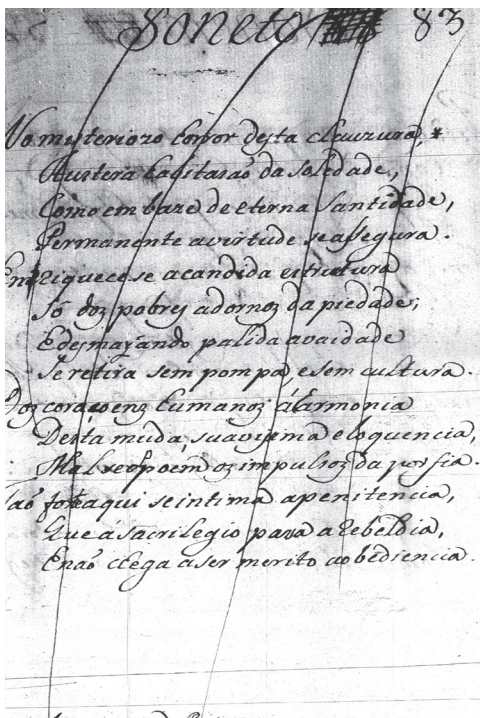


Imagem 8

⁴⁷ PROENÇA FILHO, *ibidem*, p. 101. O trecho cortado vem depois da referência às capitâncias de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que o conde chegou a governar ao mesmo tempo.

O Convento dos Carmelitas Descalços a que o poeta se refere foi erigido em 1628 nesta região isolada, de florestas, denominada Buçaco. Ali se encontrariam encarcerados, desde 1760, após desavenças com o marquês de Pombal, d. Antônio e d. José, filhos ilegítimos de d. João V, que só encontrariam a liberdade depois da morte do rei d. José I, em 1777, e a consequente queda do marquês. Embora a intenção de Cláudio Manuel provavelmente fosse homenagear a piedosa austeridade do convento, seria temerária esta homenagem, principalmente em versos como os da última estrofe: “Tão forte aqui se intima a penitência/que a sacrilégio passa a rebeldia/ e não chega a ser mérito a obediência”. Não acreditamos que Cláudio Manuel quisesse exaltar no poema os filhos ilegítimos de d. João V, muito menos fazer um libelo contra o seu encarceramento, se dispondo a um enfrentamento direto contra Pombal.⁴⁸ Mas a última estrofe do poema realmente sugere dupla interpretação. E para a “heresia” contida em uma delas seria irrelevante o contexto pensado pelo poeta, daí sua exclusão. Apenas ilustrando a ideia de como a prisão dos filhos de d. João V repercutiu na sociedade reinol, transcrevemos o soneto abaixo, que faz parte de um conjunto de sátiras anônimas contra Pombal que vieram a público após a sua queda. O soneto anônimo assim comemora a libertação dos ditos infantes:

Do Bussaco na lúgubre espessura,
Que formam seus densos arvoredos,
Se ouviam formar eco os penedos,
As vozes de uma triste desventura.

Já no bosque se vê mais formosura,
Já lágrimas não vertem os rochedos,
Não se ouvem já recônditos segredos,
Tudo é gosto, e prazer nesta clausura.

⁴⁸ Cláudio Manuel nunca demonstrou ser um entusiasta louvador, em sua poesia, da figura política de Pombal, pelo menos da mesma forma com que se apresentariam outros brasileiros, como Basílio da Gama. Dos poemas que não chegou a publicar constam uma ode e dois sonetos recriminando o suposto atentado de 1775 à vida de Pombal, um soneto exaltando a reforma da Universidade de Coimbra e um soneto elogiando sua atuação como pacificador no Ministério do Reino. Este é o mesmo tema da écloga Albano, com que saúda o então conde de Oeiras nas *Obras*. De qualquer forma, acreditamos que enfrentar conscientemente o futuro marquês em algum poema público, àquela altura, seria impensável.

Efeitos são da régia onipotência
Permitindo que os ínclitos infantes,
Pusessem feliz termo à penitência;

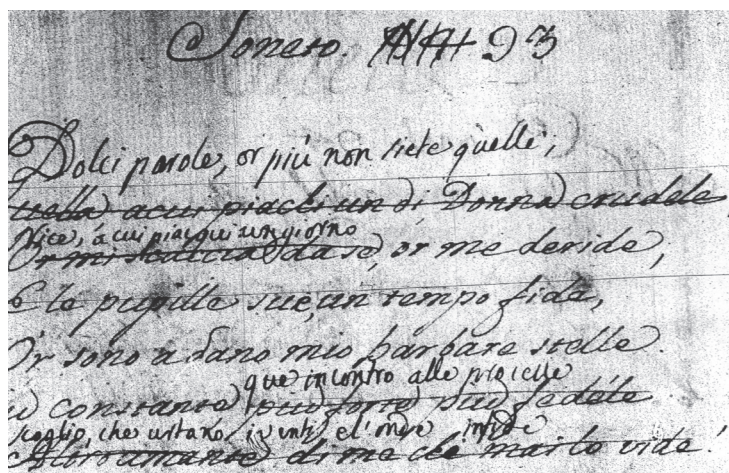
E que em tão breves rápidos instantes,
Entrassem os desprezos na insolência,
Saíssem os Augustos triunfantes.⁴⁹

Antônio Baião, ao se deparar com os poemas que foram cortados da versão final das *Obras* de Cláudio Manuel, exclamava: “Por que seriam assim cancelados estes sonetos? Porventura não lhes encontrariam brilho literário igual aos outros? Não é fácil responder por não termos encontrado o original do parecer respectivo por mais que o procurássemos.” Concordamos com o distinto pesquisador que realmente não é fácil encontrar uma única resposta para a eliminação dos ditos sonetos, principalmente por não ter ainda sido encontrado um parecer detalhado da Mesa. Mas diante dos indícios que se nos apresentam, é possível tecer algumas hipóteses bem factíveis, como a de que alguns poemas seriam agregados de última hora para substituir os que foram suprimidos por intervenção da Mesa ou por escolhas do próprio autor. Afirmamos isto com base em uma análise cuidadosa das alterações na numeração das páginas do manuscrito e dos próprios sonetos. Como exemplo, citamos o fato de que entre as páginas 96 e 97 estão inseridas duas folhas soltas, com a numeração 96a, 96b, 96c, 96d colocada depois a lápis. Correspondem a quatro sonetos em italiano, escritos com tinta diferente, que se incorporaram posteriormente às *Obras*, para substituição de quatro outros poemas extraídos. Da mesma forma, entre as páginas 100 e 101, está inserida outra folha solta, com a numeração 100a e 100b correspondentes a mais dois sonetos em italiano, colocados aí para substituir os últimos que restavam ser substituídos. Outro indício de que a maioria dos sonetos em italiano foi escrita depois, às pressas, para substituir os cortados, é o fato de estarem com a maior parte dos versos riscados e modificados, com letra pouco caprichosa, como mostra o exemplo abaixo (imagem 9).⁵⁰

⁴⁹ Textos, predominantemente satíricos e jocosos, contra o marquês de Pombal e a sua política (1777–1800). Biblioteca Nacional de Lisboa, Setor de Reservados, cód. 15.026, p. 23–24.

⁵⁰ Outra razão paralela explica a hipótese de que os sonetos em italiano seriam da veia mais recente de Cláudio Manuel da Costa: estava ele, naquele ano, como estampa o frontispício de suas *Obras*, a adquirir o título, ou o status, de árcaide romano ultramarino, sendo que, em setembro de 1768, na capital de Minas Gerais, o poeta presidiria o ato de criação de uma Colônia Ultramarina, subcustódia da Arcádia Romana. Mesmo não tendo cruzado o Mediterrâneo em

Imagem 9



As modificações da ordem numérica das páginas e poemas constituem uma variável fundamental, com as quais não pensávamos lidar ao iniciarmos este saboroso e complexo exercício da crítica genética. Muitas dúvidas são elucidadas a partir daí. Com a leitura atenta dos originais e da numeração existente pudemos detectar que, ao todo, foram eliminados originariamente doze sonetos e não somente os oito republicados, como até hoje se acreditava. Isto porque existem duas folhas, correspondentes a quatro sonetos, que foram simplesmente arrancadas dos originais. Trata-se das folhas correspondentes às páginas 59 e 60, em que estavam os sonetos 53 e 54 originais, e das folhas correspondentes às páginas 80 e 81, nas quais estariam, respectivamente, os poemas de número 71 e 72 (numeração já corrigida pela supressão de sonetos anteriores). No primeiro caso, foi inserida uma nova folha solta com os sonetos substitutos. No segundo caso, não, a numeração dos sonetos seguintes é corrigida, o que faz supor que só depois seriam anexadas novas folhas com os sonetos italianos que substituiriam estes e outros quatro poemas cortados. Talvez estejam esquecidos para sempre quais seriam os quatro sonetos arrancados e os motivos que teriam levado a ira dos censores, o temor ou as escolhas do poeta a subtraírem as ditas páginas.

sua possível estada na Europa para receber em Roma tal título, o fato é que a própria ostentação do mesmo já justificaria a feitura e introdução nas *Obras* de alguns poemas na língua italiana.

Na verdade, quem consulta apenas o microfilme dos manuscritos das *Obras* (MF 785), não pode ter ideia de muitas informações só possíveis de se obter com a consulta aos originais do livro manipulado pela Mesa Censória (doc. 2113). É preciso ter este livro em mãos para formar uma ideia melhor sobre a ordem cronológica e a forma da exclusão e/ou substituição dos sonetos; para verificar os trechos dos poemas que, mesmo sem estarem riscados, foram excluídos ou modificados na versão impressa final; para localizar as páginas arrancadas e as folhas soltas que foram inseridas posteriormente; para ver as diferenças na tinta e na grafia utilizadas na escrita dos poemas (que comprova que muitos foram escritos em momentos e por pessoas diferentes); para encontrar preciosos indícios dos motivos das modificações na numeração das páginas; para ter acesso aos trechos que foram ocultados por pedaços de papel colados sobre os mesmos...

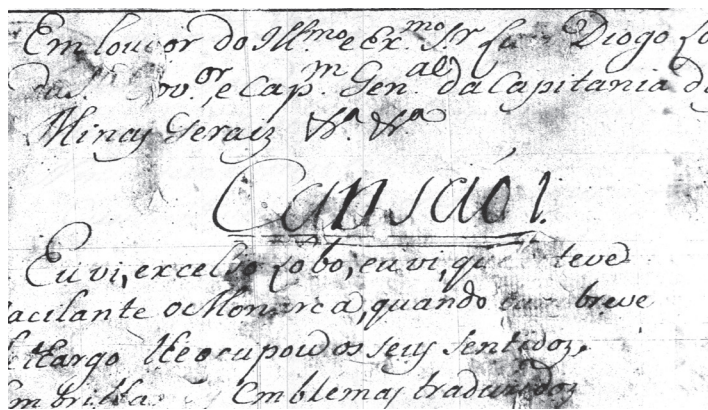
Insera-se neste último caso a modificação mais *sui generis* que encontramos nesses originais: trata-se da Écloga IV, "Lísia" que, na primeira vez em que aparece nos originais, traz outro título, "Olinda". Na página 22 das éclogas, em sua margem inferior, existe um pedaço de folha de papel colada com a dedicatória: "Ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Valladares, partindo de Lisboa para Vila Rica, a [está riscada a palavra governar] capital das Minas Gerais". A cola fraca não nos impede de ler abaixo a inusitada dedicatória original, riscada: "Ao Ilmo. e Exmo. Sr. Luiz Diogo de Lobo e Silva, passando do governo da Capitania de Pernambuco para o das Minas Gerais".⁵¹ A écloga teria sido então escrita quando da posse de Luiz Diogo Lobo da Silva como governador de Minas em 1763, denominando-se originalmente "Olinda", e descreveria o lamento dos habitantes de Pernambuco com a partida do seu governador para Vila Rica. Agora, com a proximidade da posse de um novo governador, Cláudio Manuel exclui Lobo da Silva da homenagem e dá novo título ao poema "Lísia", narrando então o lamento do povo de Lisboa com a partida do conde de Valadares para a capitania de Minas Gerais.

Como se percebe, a modificação de última hora denota interesses claramente políticos do poeta, principalmente pelas perspectivas de maior favorecimento pessoal, ao homenagear o governador que agora assumia o poder.

⁵¹ Como havia dito, há três tipos de numerações nas páginas dos originais, sendo que as éclogas trazem uma numeração à parte. Na página citada, aparece escrita de forma meio apagada e já riscada a primeira parte desta écloga, de "Se é certo que vive a doce avena" até "Um fado cruel, outra esperança". A écloga "Lísia" voltaria, com o número 4, na página 48 dos originais. Ela agora apareceria inteira e nítida, sendo que o registro da homenagem ao conde de Valadares aí se encontra sem rasura, da forma como veio na edição final. PROENÇA FILHO, Domício, op. cit., p. 158.

Cláudio Manuel, como demonstra a excelente biografia de Laura de Mello e Souza, sempre esteve, em sua vida pública, envolvido em disputas por melhores cargos na rede de poder local. Numa delas, iniciada em 1766, ao pleitear o cargo de procurador da Fazenda, acabou sendo preterido pelo governador Luiz Diogo Lobo da Silva, em favor do sr. José Dias da Rosa Maciel. O então governador, além de nomear o seu opositor, escrevera a Lisboa com reclamações contra Cláudio Manuel e seu amigo José da Silva Araújo, antigo provedor da Fazenda, morto em março de 1767.⁵² Ao contrário deste último, alvo de vastas e sinceras homenagens do poeta, Lobo da Silva não seria sequer citado no livro de Cláudio Manuel, enquanto os sucessivos louvores ao conde de Valadares seriam animados pelo sonho de ser ainda indicado como procurador ou secretário de governo. O poeta desistira também de inserir nas *Obras* a Canção I, homenagem ao antigo governador, permanecendo nos manuscritos originais apenas a primeira estrofe que, mesmo não se encontrando riscada, não figura na versão final impressa.⁵³ Trazemos agora a imagem original destes que seriam os versos iniciais do canto excluído:

Imagem 10



⁵² MELLO E SOUZA, Laura de, op. cit., p. 100-102. Ver também LAPA, Manuel Rodrigues. Subsídios para a biografia de Cláudio Manuel da Costa, op. cit., p. 7-25. No governo de Valadares, embora haja insinuações não comprovadas de que exercera o cargo de secretário, Cláudio Manuel só ocuparia oficialmente a função de juiz na demarcação de sesmarias.

⁵³ Melânia Aguiar publicou a dita estrofe em nota do livro *Poesia dos inconfidentes*: PROENÇA FILHO, Domício, op. cit., p. 1.058. Não conhecendo o restante da Canção, não podemos afirmar o contexto em que foi pensada e escrita a frase "que esteve vacilante o Monarca", mas ela em si também poderia constituir um obstáculo à aprovação do poema pela Real Mesa Censória.

Voltando à écloga discutida, sempre em que aparece nos originais a palavra *Olinda*, ela está riscada e substituída por *Lísia*. No mais, poucas palavras sofreram alguma modificação. Alguém poderia indagar: como seria possível modificar a destinação e o motivo de um poema, alterando apenas o título deste e alguns poucos fragmentos? A resposta com certeza estaria no poder das convenções, principalmente em relação ao gênero encomiástico que, muitas vezes, abstrai do texto poético maior necessidade de contextualização histórica. Talvez a modificação mais significativa, além do título, se encontre à página 53 dos originais, numa das últimas estrofes da écloga. Nota-se ali a dúvida de Cláudio sobre como melhor alterar uma frase que se referia antes à relação do governador Lobo da Silva com Pernambuco, para adequá-la à relação de Lisboa com o conde Valadares. Está originalmente escrito: “Tu só os mais pastores governavas”. O “governavas” é então riscado e substituído por “animavas”, que depois é trocado e substituído por “consolavas”. Cláudio Manuel não podia deixar escrito que o conde Valadares governava os pastores de Lisboa, pois em Minas Gerais seria o seu primeiro emprego como governador. E “consolavas” ficava melhor que “animavas”, pois combinaria com a despedida de Lisboa descrita pelo poeta na dedicatória das *Obras*, em que se mostra o conde “cheio de bondade, e cheio de espírito, consolando a uns, beneficiando a outros, abraçando a todos...”.⁵⁴

A carta dedicatória ao conde de Valadares é outro elemento que vem corroborar a hipótese de que, pelo menos até a primeira quinzena de maio de 1768, Cláudio Manuel se encontrava em Portugal para entrega do seu livro e para aplicar-lhe as emendas e lapidações necessárias. Em primeiro lugar, devemos lembrar que a notícia da nomeação do conde para governador das Minas só chegaria à Câmara de Vila Rica em novembro de 1767⁵⁵ e que, na própria dedicatória, há a sugestão de que o conde teria autorizado o poeta a homenagear-lhe na dedicatória do livro: “Feliz eu mil vezes que, devendo a V. Exa. a honra de consentir que passem as minhas obras debaixo da sua proteção, tenho a glória de confessar com o mais profundo respeito que sou de V. Exa. súdito obrigadíssimo”.⁵⁶ Ora, não haveria tempo suficiente, entre a chegada da

⁵⁴ PROENÇA FILHO, *ibidem*, p. 44.

⁵⁵ A carta do rei aos oficiais da Câmara de Vila Rica, comunicando a nomeação do conde de Valadares, foi expedida em Lisboa a 21/8/1767, devendo ter chegado à capital de Minas na primeira quinzena de novembro. Arquivo da Casa dos Contos, cód. 10.075, doc. 5.

⁵⁶ PROENÇA FILHO, *Domício*, op. cit., p. 45.

notícia da nomeação em Vila Rica e a entrega dos manuscritos em Lisboa, que a troca de uma correspondência d'além mar entre o conde e o poeta se desse.

Mas outro indício se nos apresenta mais forte. Devemos confessar que há muito sentíamos certo desconforto com os termos que o poeta utilizava para descrever, na dedicatória, a partida do conde de Valadares de Lisboa, no final de abril de 1768, com destino a Vila Rica.⁵⁷ Parecia-nos nitidamente, pela descrição, que o poeta fora testemunha ocular desta partida. Agora, somam-se mais elementos para referendarmos esta impressão. Se as *Obras* foram entregues em 10 de junho, os originais teriam saído do Brasil no mínimo dois meses antes. Como conter a descrição detalhada de fatos ocorridos na Europa quase um mês depois? Isto só seria possível se a dedicatória, ou a parte dela que descreve a partida do marquês, fosse redigida posteriormente, e então anexada às *Obras*, o que seria improvável acontecer sem a presença física do poeta em Portugal. Citemos o trecho em que se narra a partida do conde, para julgarmos melhor se se trata tudo de uma licença ou convenção poética (o que é possível) ou se, ressaltados os exageros concernentes ao estilo laudatório, a dedicatória contém o depoimento de quem realmente presenciou os fatos descritos:

Oh! E quantas lágrimas não atropelou V. Excelência na ocasião de deixar a Europa! (...) Eu mesmo, eu mesmo estou vendo ainda o desordenado tropel de pobres, de doentes e de aflitos, que forcejavam por demorar os passos ao seu Benfeitor. Qual se desfazia em prantos! Qual com os ais embarçava a despedida! E V. Excelência (...) consolando a uns, beneficiando a outros, abraçando a todos, com amor, com zelo, com piedade, despedindo-se, partindo, voltando...⁵⁸

Muitas outras possibilidades de análise contêm ainda esses originais. Mas devemos finalizar por ora o trabalho, deixando claro que as observações realizadas neste ensaio crítico não têm a intenção de colocar ponto final na análise filológica e histórica dos manuscritos das *Obras*, nem tampouco nas interpretações sobre as motivações que levaram à modificação e exclusão de parte dos escritos originais de Cláudio Manuel. Muito menos queremos afir-

⁵⁷ O conde chegaria a Vila Rica em 13 de julho, tomando posse como governador no dia 16 do mesmo mês. "Carta do conde de Valadares a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre vários assuntos, e digressões sobre a terra", em 31/8/1768. AHU, Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Minas Gerais, (1680-1852), cx. 95, doc. 20. Documento oficial com a ata de posse do conde foi publicado por MELLO FRANCO, Caio de. *O inconfidente Cláudio Manuel da Costa*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1951.

⁵⁸ PROENÇA FILHO, Domicio, op. cit., p. 44.

mar como certeza histórica a hipótese levantada, a partir da análise da documentação aqui referida, de que o poeta estaria presente em Lisboa na entrega dos originais, participando pessoalmente da sua correção. Tivemos apenas a intenção de contribuir com novas pistas e questões que possam despertar o interesse de estudiosos da literatura arcádica e do século XVIII. Acreditamos que as possibilidades são inesgotáveis, também a partir da descoberta de novos documentos. E que muitos outros pesquisadores possam trabalhar, com maestria, os mesmos originais sobre os quais ora nos debruçamos.

Referências bibliográficas

Publicações:

- AGUIAR, Melânia. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: PROENÇA FILHO, Domício. *A poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1996.
- ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas (1753-1773)*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- BAIÃO, Antônio. *Revista de Filologia Portuguesa*. São Paulo, ano II, jun. 1925, n. 18, p. 113-116.
- FEIJÓ, João Madureira. *Ortographia, ou Arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa*. Coimbra: na officina de Luis Secco Ferreira, 1739.
- LAPA, Manuel Rodrigues. O enigma da Arcádia Ultramarina aclarado por uma ode de Seixas Brandão. In: *Suplemento Literário do "Minas Geraes"*. Belo Horizonte, 22/12/1969.
- _____. Imagem de Glauceste. Poemas inéditos. *Revista Anhembi*. São Paulo, ano II, v. VIII, out. 1952, n. 25, p. 235-40.
- _____. Subsídios para a biografia de Claudio Manuel da Costa. *Revista do Livro*, n. 9, março de 1958, p. 7-25.
- MARQUES, Maria Adelaide Salvador. A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXVI. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1964, p. 1-207.
- MELLO FRANCO, Caio de. *O inconfidente Cláudio Manuel da Costa*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- PROENÇA FILHO, Domício. *A poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1996.

Fontes primárias:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Real Mesa Censória, livro 2, microfilme (MF) 6.917, caixa 316, doc. 2113; livro 10, MF 4.997; livro 10, MF 2.756; livro 3, MF 6.743.

Registro Geral das Mercês de D. José I, livro 23, fl. 106.

Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, MF 271–281.

Arquivo da Casa dos Contos de Ouro Preto, códice 10.075, doc. 5.

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, cód. 468, p. 121; caixa 93, doc. 20; caixa 73, doc. 11.

Biblioteca Nacional de Lisboa, Setor de Reservados, cód. 13.026.

Recebido: 12/01/2014 – Aprovado: 28/05/2014